



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
NÚCLEO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

AILTON CLEMENTE DA SILVA

**INCLUSÃO EDUCACIONAL E BARREIRAS ATITUDINAIS NA
ATUAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL
NA CIDADE DE PASSIRA/PE**

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
NÚCLEO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

AILTON CLEMENTE DA SILVA

**INCLUSÃO EDUCACIONAL E BARREIRAS ATITUDINAIS NA
ATUAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL
NA CIDADE DE PASSIRA/PE**

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Ms. Ernani Nunes Ribeiro

**VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
2019**

Catálogo na fonte
Sistema de Bibliotecas da UFPE - Biblioteca Setorial do CAV.
Bibliotecária Fernanda Bernardo Ferreira, CRB4-2165

S586p Silva, Ailton Clemente da
Inclusão educacional e barreiras atitudinais na atuação de professores de Ciências no Ensino Fundamental na cidade de Passira/PE. / Ailton Clemente da Silva. Vitória de Santo Antão, 2019.
37 folhas.

Orientador: Ernani Nunes ribeiro.
TCC (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco. CAV, Licenciatura em Ciências Biológicas, 2019.
Inclui referências e apêndices.

1. Educação Especial. 2. Inclusão. 3. Ensino de Ciências. I. Ribeiro, Ernani Nunes (Orientador). II. Título.

371. 9 CDD (23.ed.) **BIBCAV/UFPE- 122/2019**

AILTON CLEMENTE DA SILVA

**INCLUSÃO EDUCACIONAL E BARREIRAS ATITUDINAIS NA ATUAÇÃO DE
PROFESSORES DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL NA CIDADE
DE PASSIRA/PE**

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas.

Aprovado em: 26/06/2019.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Ms. Ernani Ribeiro (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Ms. Ricardo Sérgio da Silva
Universidade Federal de Pernambuco

Marivanio José da Silva
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter proporcionado minha vida no seio da minha família que tanto me acolheu e possibilitou o meu egresso, permanência e conclusão dessa nova etapa da minha vida acadêmica.

Agradeço aos meus familiares, irmãos e principalmente minha mãe Terezinha Clemente por todo auxílio nessa trajetória árdua.

Agradeço ao meu amigo Luís Roberto por todo carinho, força e contribuição prestado ao longo desse percurso do TCC.

Agradeço também aos meus amigos (as) da graduação, em especial Geane de França e Camila Ingrid por terem me dado força nos momentos mais difíceis.

Agradeço aos professores que me auxiliaram nesse percurso, em especial a minha orientadora de monitoria Vitoriana Rehn, e meu orientador de TCC Ernani Ribeiro por ter compartilhado comigo todo o ensinamento necessário para ser um professor.

Agradeço aos demais professores da instituição, que sempre proporcionaram conhecimentos em diversas áreas da educação, em destaque a professora Zélia Santana, uma grande amiga, um exemplo de profissional e de ser humano a ser seguido.

RESUMO

A educação especial é uma modalidade da área do conhecimento que visa o ensino e tem como finalidade o desenvolvimento de práticas pedagógicas e estratégias didáticas voltadas para os alunos com necessidades educacionais especiais. Só em meados do ano de 1990, o movimento da inclusão escolar teve um grande avanço e fortalecimento, buscando alcançar o desenvolvimento de uma escola democrática na qual a diversidade e o diferente fossem respeitados, instigados e valorizados. Entretanto, a inclusão escolar não é um procedimento simples de se realizar no atual contexto da educação, pois existem diversos obstáculos que impedem a efetivação desta prática importante para o desenvolvimento do aluno, entre estes, pode-se destacar a falta de profissionais qualificados, no qual o real problema é a formação destes professores nos cursos de licenciatura nas instituições de ensino superior públicas e privadas. Nesse sentido, este trabalho de pesquisa teve como principal objetivo discutir a preocupação e realizar uma análise em torno da formação de professores e relatar como é a experiência do professor de Ciências em trabalhar com alunos deficientes sob a perspectiva da educação inclusiva em uma escola municipal de ensino regular localizada na cidade de Passira/PE. Trata-se de um estudo exploratório, que utilizou como método de procedimento o analítico–descritivo, a partir de uma abordagem qualitativa. Utilizou-se para análise dos resultados as respostas frutos de uma entrevista com uma professora de ciências e questionários feito para analisar a experiência da entrevistada. A partir da análise dos resultados concluída, foi possível diagnosticar que a professora não está preparada para trabalhar com alunos deficientes, sendo assim, sua formação foi insuficiente neste tema. E a secretaria de educação do município não oferece nenhuma formação para professores que os forneça subsídios para trabalhar a educação especial.

Palavras-chave: Educação especial. Inclusão escolar. Professores de ciências.

ABSTRACT

Special education is a modality of the area of knowledge that aims at teaching that has the purpose of developing pedagogical practices and didactic strategies aimed at students with special educational needs. It was only in the middle of the year 1990, that the school inclusion movement had a great advance and strengthening, seeking to achieve the development of a democratic school in which diversity and the different were respected, instigated and valued. However, school inclusion is not a simple procedure to carry out in the current context of education, because there are several obstacles that impede the implementation of this important practice for the development of the student, among them, we can highlight the lack of qualified professionals, in the what the real problem is the training of these teachers in undergraduate courses in public and private higher education institutions. In this sense, this research work had as main objective to discuss the concern and to carry out an analysis around the formation of teachers and to report as it is the experience of the professor of Sciences in working with disabled students from the perspective of the inclusive education in a municipal school of regular education. This is an exploratory study, which used as analytical-descriptive procedure method, from a qualitative approach. The results of the interviews were used to analyze the results of an interview with a science teacher and questionnaires made to analyze the interviewee's experience. From the analysis of the results concluded, it was possible to diagnose that she is not prepared to work with disabled students, so her training was insufficient in this subject. And the county office of education does not offer any teacher training that will provide them with grants to work special education.

Key words: Special education. School inclusion. Science teachers.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVOS.....	12
2.1 GERAL	12
2.2 ESPECIFICOS	12
3 REVISÃO DA LITERATURA	13
3.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....	13
3.2 INCLUSÃO ESCOLAR: DEFINIÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E BASES LEGAIS	14
3.3 DIFICULDADES PARA EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR.....	22
4 METODOLOGIA	24
4.1 ELABORAÇÃO DE UMA ENTREVISTA	24
4.2 PÚBLICO.....	24
4.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	25
5 RESULTADOS E DISCUSÕES	26
6 CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS.....	33
APÊNDICE A - ENTREVISTA	37

1 INTRODUÇÃO

Ao se falar de educação a primeira coisa que vem à cabeça, na maioria das pessoas, está relacionada a escola. Entretanto, Brandão (2006), define educação como todo conhecimento que é adquirido durante a vivência em sociedade. Ou seja, o processo de educação ocorre em todos os lugares e entre os mais variados indivíduos e enquanto se ensina, também se aprende.

Costumam a dividir em formal, aquela que ocorre de acordo com o sistema de ensino tradicional, a não formal é aquela organizada, mas que ocorre fora do sistema e a informal é aquela que ocorre ao longo das vivências e interações sociais ao longo da vida. (BRANDÃO, 2006).

Ferrari (2008), aborda em uma de seus artigos, que o sociólogo francês, Émile Durkheim, define educação como “uma socialização da jovem geração pela geração adulta”, para ele a sociedade molda o indivíduo e não o contrário. E associa a cultura e as normas sociais das instituições como influenciadoras do processo educacional dos indivíduos. Ao correlacionar com percepção inclusiva, é clara a influência das segregações sociais que passam aqueles com necessidades especiais.

Já para Paulo Freire a educação tem como objetivo principal a conscientização do estudante, fazê-lo pensar. Na maior parte das escolas, isto não ocorre, os alunos não são levados a pensar sobre a realidade que estão inseridos, são apenas mostrados a aceitar aquilo. Freire fala também da importância de se aprender junto e construir conhecimentos, que o aluno não é um ser vazio que aceitará como verdade inquestionável aquilo que lhe é repassado pelo professor. Enfatiza a importância de se aprender um com o outro e valorizar a cultura do outro, elementos apontados por Marcio Ferrari em seu artigo sobre Freire cujo título é Paulo Freire, o mentor da Educação para a consciência. (FREIRE, 2008).

A educação inclusiva atualmente tem tido grande ênfase diante de um processo amplo de participação de toda a comunidade escolar. Toda inclusão depende, primordialmente, do olhar de cada um. Significa promover e reconhecer o potencial inerente a todo ser humano em sua maior expressão, a diferença.

A acessibilidade passa a fazer parte do cenário educacional, no instante em que o direito de ir e vir com autonomia torna-se elementar para auxiliar na inclusão escolar e social (TANAKA, 2006). No entanto, para que este processo inclusivo se efetive, é necessário planejar e melhorar a acessibilidade arquitetônica nas escolas, para proporcionar condições de acesso das pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida a todos seus ambientes ou compartimentos (FREITAS *et al.*, 2008).

Para Manzini (2006), a acessibilidade significa “algo que pode ser observado, implementado, medido e avaliado” ou, ainda, como forma de acessibilidade para que as pessoas tenham acesso aos locais e/ou a determinadas situações. Para fins de acessibilidade, considera-se entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação (BRASIL, 2005).

As barreiras arquitetônicas são grandes dificuldades que o aluno com deficiência física enfrenta para a prática de atividade física e/ou de participação em aulas de Educação Física (DIEHL, 2006). Este é um dos aspectos visíveis de exclusão, sem considerar, ainda, as barreiras atitudinais e sociais que as pessoas com deficiência em geral enfrentam perante a sociedade.

Do ponto de vista deste autor, a acessibilidade e a eliminação de barreiras arquitetônicas, é um ponto crucial para favorecer a inclusão dos discentes com deficiência física em todos os ambientes da escola. Sendo assim, o novo paradigma da inclusão visa garantir que todos os alunos, independentemente das suas características e diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade e vivam experiências significativas (DIEHL, 2006).

O desenvolvimento de uma educação inclusiva obriga a grandes mudanças organizacionais e funcionais em diferentes níveis do sistema educativo, a mudanças na articulação dos diferentes agentes educativos, a mudanças na gestão da sala de aula e do currículo e a mudanças do próprio processo de ensino-aprendizagem e, por isso mesmo, pode também originar resistências e medos, que inibam a ocorrência dessas mudanças (FREIRE, 2008).

Diante disso trabalhar a educação sob a perspectiva da inclusão, ainda é um desafio, já que requer uma readequação dos métodos e estruturas de

ensino enraizados no país, para que assim, possa cumprir com seu objetivo de combater as atitudes de discriminação no âmbito escolar e o direito a educação seja assegurado como previsto na Constituição Federal, artigo nº 205. Pois entende-se como educação inclusiva, segundo a Lei nº 9394/96, a modalidade de educação escolar que é oferecida preferencialmente na rede de ensino regular, para educandos que têm necessidades especiais.

Diante do quadro que vem sendo traçado, a educação inclusiva vem a ser comumente apresentada como uma evolução da escola integrativa. Na verdade, ela não é uma evolução, mas uma ruptura, um corte, com os valores da educação tradicional. A educação inclusiva assume-se como respeitadora das culturas, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os discentes. (BRASIL, 2005).

Um pressuposto frequente nas políticas relativas à inclusão supõe um processo sustentado unicamente pelo professor, no qual o trabalho do mesmo é concebido como o responsável pelo seu sucesso ou fracasso. É claro que a aprendizagem dos discentes é uma das metas fundamentais, não só dos professores, mas de todo o profissional que esteja implicado com a educação e, sem dúvida, uma prática pedagógica adequada se faz necessária. Convém aqui lembrar um trecho da declaração de Salamanca que destaca: “A preparação adequada de todo pessoal da educação constitui um fator-chave na promoção do progresso em direção às escolas inclusivas”. (BRASIL, 2005, p. 9).

Ao professor do ensino regular exige-se que crie condições de aprendizagem adequadas para todos os alunos, pensando “na forma como poderá interessar (o aluno) nas tarefas propostas, como poderá mobilizar a sua curiosidade, como poderá inseri-lo em estimulantes trabalhos de grupo e em projetos que o ajudem a prender a atenção e a desenvolver as suas capacidades de aprendizagem” (COSTA, 1998, p. 64).

Fazendo utilização de jogos didáticos, adaptação de aulas práticas e teóricas, fazendo com que seja instigado nos alunos o poder de que eles são capazes de realizar as atividades diárias das escolas, e proporcionar uma interação maior com esses alunos que juntos convivem diariamente. Para que isso seja possível faz necessária a quebra das barreiras atitudinais que é posta de forma que o professor vê o aluno incapaz de realizar suas atividades.

Vale ressaltar que o Art. 27. diz que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem de acordo com o estatuto da Pessoa com deficiência. (BRASIL, 2015, p. 19).

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Analisar a atuação dos professores de ciências no município de Passira, na perspectiva da inclusão educacional.

2.2 ESPECIFICOS

- Verificar os métodos da inclusão educacional, relatar essa importância de trabalhar esta temática e trazer para a sua atuação profissional;
- Apontar alguns empecilhos que interferem na efetivação da educação inclusiva pelos professores no ensino regular;
- Implementar junto a gestão da escola e a secretária de educação do município uma proposta de formação continuada que venha a capacitar os professores, facilitando assim, o trabalho inclusivo em sala de aula.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Segundo Dota e Alves (2007), o Brasil é considerado um dos piores países do mundo em questão de oferecer uma educação de qualidade. Os investimentos destinados para a área da inclusão escolar são poucos e escassos, além do modelo de ensino ter sido inspirado no mesmo modelo de ensino dos Estados Unidos e na Teoria da Carência, o qual procurava explicar o rendimento escolar por meio de observações feitas com crianças de diferentes níveis socioeconômicos. Essa discussão, se trata de um problema no âmbito político, econômico e social, que perpetua no âmbito escolar que deve ser compreendido ao longo da história.

Em relação ao contexto da educação especial, a autora salienta que no Brasil apesar do descaso político e falta de investimentos, ela foi ganhando força e conquistando aos poucos o seu espaço através do surgimento de instituições assistencialistas especiais que buscaram cumprir sua função auxiliando as pessoas consideradas como “invalidas”.

Em 1990, delegados de 155 países e representantes de 150 organizações governamentais e não governamentais participantes da Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, reunidos em Jomtien, na Tailândia, aprovaram a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, que reafirma o direito à educação como direito humano fundamental e aponta a necessidade de maiores esforços para atender aqueles que têm necessidades especiais. Na Conferência definiram-se metas e estratégias para serem alcançadas até o ano 2000, as quais, segundo a Unesco, não foram cumpridas. (UNESCO, 2010b).

Em 1994 o movimento ganhou força com a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. O documento reafirma os pressupostos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, e renova a garantia dada pela comunidade mundial na Conferência Mundial sobre Educação para Todos de 1990. Proclama-se o direito fundamental à educação, a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem conforme as particularidades de

cada educando e de modo a atender a diversidade, características específicas e necessidades. No caso daqueles que têm necessidades educativas especiais, proclama-se que “devem ter acesso às escolas regulares, que elas devem se adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades” (UNESCO, 2010c, p. 1).

Já no Brasil, a inclusão de alunos com deficiência surge legalmente em 1996 através da Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN 9394/96), mas foi por meio do movimento Educação para Todos que esta teve início. Em 1945 os países que fundaram a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) afirmaram a necessidade de um acesso pleno à educação ser assegurado enquanto um direito humano, previsto no artigo 26 da Declaração Universal de Direitos Humanos (UNESCO, 2010a).

3.2 INCLUSÃO ESCOLAR: DEFINIÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E BASES LEGAIS

Segundo Silva (2010) é muito comum se ouvir discursos políticos, campanhas publicitárias e ações de organizações não governamentais que têm como tema principal a inclusão de grupos que ao longo do processo histórico foram excluídos da nossa sociedade. Neste sentido, a autora salienta que, vive-se um momento de luta prol a igualdade dos direitos e equiparação de oportunidades para todos. No sistema educacional este movimento denominou-se de inclusão escolar e atualmente está ação está envolvida diretamente e indiretamente no dia a dia de todos com as questões educacionais.

Foi a partir da década de 1990, que a inclusão escolar passou a ser divulgado não apenas no sentido de se realizar intervenções voltadas para as pessoas portadoras de necessidades especiais com especificidade, mas, essencialmente, a cerca de como a sociedade pode ser remodelada de modo que venha permitir a participação integral dessas pessoas.

Aranha relata isso e deixa evidente:

A ideia de inclusão se fundamenta em uma filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isto significa garantia de acesso de todos, a todas as oportunidades, independente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social. (ARANHA, 2000, p.2)

A conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, promovida pelo governo da Espanha e pela Unesco, em junho de 1994, resultou na Declaração de Salamanca e da Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais (Brasil, 1994, p. 1), a qual estabeleceu os seguintes princípios:

Art. 2º Acreditamos e proclamamos que:

- Toda criança tem direito fundamental a educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-la dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- Aqueles com necessidades educacionais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
 - Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva a maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Aranha (2004), ainda enfatiza para que estes princípios sejam de fato implementados, de acordo com a Declaração da Salamanca, os governos deveriam tomar, dentre outras, as seguintes providências:

- Priorizar o desenvolvimento dos sistemas educacionais especial com o objetivo de incluir todas as crianças, independentemente de suas especificidades individuais;
- Adotar o princípio da educação inclusiva;
- Adaptar as escolas para que as mesmas sejam capazes de se adequar a necessidade de cada aluno ali incluso, podendo oferecer uma educação de qualidade e um conforto maior para todas as crianças.

A Declaração da Salamanca representa um importante marco mundial na difusão da filosofia da educação inclusiva. É a partir dela que as teorias e

práticas inclusivas ganham espaço em muitos países, inclusive no Brasil. (Mendes, 2006).

A inclusão é uma filosofia no qual é necessário a união de alunos, familiares, educadores e membros da comunidade no qual se localiza a rede de ensino regular para criar escolas cuja base é a aceitação, a luta pelo direito de ocupar o seu lugar de direito na escola e a colaboração de todas as pessoas envolvidas com a causa (SALEND, 2008).

Salend ainda discute 4 princípios fundamentais que devem ser seguidos para que a inclusão escolar seja bem-sucedida e seus objetivos sejam alcançados. São eles:

1. Acesso para todos os alunos;
2. Aceitação dos pontos fortes e desafiadores dos alunos assim como das diversidades;
3. Práticas reflexivas e instruções diferenciados;
4. Noções de comunidade e colaboração.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), na classe comum poderão ser ofertados serviços de apoio pedagógico especializado por meio de professores intérpretes da língua brasileira de sinais (Libras) e profissionais especializados como por exemplo: psicólogos, fonoaudiólogos e fisioterapeutas que devem fornecer apoio por meio de itinerância intra e interinstitucional.

As Diretrizes ainda enfatizam que serviços especializados também podem ser oferecidos em salas de recurso, nas quais professores especializados na educação especial irão trabalhar os conteúdos com o objetivo de complementar o currículo oferecido na classe comum. O serviço deve ser realizado nas escolas regulares, onde os alunos devem assistir a aula na sala regular e posteriormente o serviço pode ser prestado para estes alunos de forma individual ou em pequenos grupos de alunos que apresentam características e necessidades semelhantes. Cabe destacar que este atendimento deve ser no contraturno, ou seja, em horário distinto daquele em que o aluno frequenta a sala comum, assim podendo desenvolver suas atividades complementares sem prejudicar a sua permanência na sala de aula regular

Segundo Silva (2010), em janeiro de 2001 o Plano Nacional de Educação foi aprovado pelo Congresso Nacional (através da Lei nº10.172/2001) e determinou que, em até dez anos, os governos federais, estaduais e municipais devem desenvolver planos para cumprir determinados objetivos relacionados com a área de educação, incluindo a educação especial. Entre esses serviços destaca-se:

- Ampliar a oferta de serviços de estimulação precoce;
- Redimensionar e garantir melhorias aos serviços de apoio (classes especiais e salas de recurso)
- Implementar centros especializados para o atendimento de pessoas com comprometimento severo no desenvolvimento;
- Definir indicadores de qualidade para o funcionamento de instituições de educação especial;
- Implantar programas de atendimento aos alunos com altas habilidades/ superdotação.

Quanto à formação de professores, são descritos no plano:

- Formação de professores;
- Desenvolver programas de qualificação profissional;
- Incluir nos currículos de formação de professores conteúdos e disciplinas que visem à capacitação para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais.

Quanto aos investimentos financeiros:

- Investimentos em meios para facilitar o diagnóstico de deficiências (aplicação de testes de acuidade visual e auditiva)
- Aumentar os recursos destinados à educação especial;
- Assegurar apoio técnico e financeiro às instituições privadas sem fins lucrativos que oferecem atendimento exclusivo da área de educação especial.

Objetivos importantes para garantir a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais na sala de aula regular da escola regular:

- Generalizar o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais na educação infantil e no ensino fundamental;
- Prover transporte escolar com as adaptações necessárias;

- Disponibilizar recursos materiais, tais como; materiais didáticos adaptados e equipamentos;
- Implantar e generalizar o ensino da Libras para alunos surdos e, quando possível, para seus familiares e funcionários da escola;
- Construir prédios escolares acessíveis para os alunos surdos e, quando possível, para seus familiares e funcionários da escola;
- Disponibilizar órteses e próteses, assim como atendimento especializado na área de saúde.

A resolução do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica de 2001 (Resolução CNE/ CEB nº 2/2001) institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em todas as etapas e modalidades. Nesse documento, a educação especial foi definida como uma modalidade da educação escolar que perpassa todas as etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e todas as outras modalidades (educação indígena, educação de jovens e adultos e educação profissional).

A resolução aponta, segundo Aranha (2004), que no âmbito técnico-científico, a necessidade de formar professores para que estes saibam lidar com a diversidade na sala de aula e trabalhar em equipe. No que diz respeito aos professores de educação especial, o documento explicita que:

Art.18. [...]

§2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessários para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

§3º Os professores especializados em educação especial deverão comprovar:

I- Formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado a licenciatura para educação infantil ou para anos iniciais do ensino fundamental;

II- Complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio; (BRASIL, 2001, p.5).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais preconizam a atenção à diversidade da comunidade escolar e baseiam-se no pressuposto de que a realização de adaptações curriculares pode atender as necessidades particulares de aprendizagem dos alunos. Consideram que a atenção à diversidade deve se concretizar em medidas que levam em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, mas também, seus interesses e motivações (BRASIL, 1998).

Abaixo, destaca-se algumas das diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. (BRASIL, 2008).

- A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades [...].

- O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas [...].

- Dentre as atividades de atendimento educacional especializado, são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva [...].

- O acesso à educação tem início na educação infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno [...].

- Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar [...].

- Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área [...].

A cada dia a educação para pessoas especiais tem ganhado destaque como descreve a LDB de 1996, a Educação Especial passou a ter um capítulo exclusivo – o capítulo V –, apresentado em três artigos que caracterizam a modalidade de ensino:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público.

Parágrafo único. O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo (BRASIL, 1996).

Seja qual for o nível de ensino sempre existirá uma tímida, porém discreta forma de discriminação, pois muitas das vezes ficamos presos em nossas próprias ações sem saber como lidar com nossos colegas portadores de necessidades especiais, em sentido amplo a discriminação é punível e grave como mostra o Art. 8º:

Constitui crime punível com reclusão de um a quatro anos, e multa da constituição Brasileira vigente:

I Recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta;

II – Obstar, sem justa causa, o acesso de alguém a qualquer cargo público, por motivos derivados de sua deficiência;

III – negar, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, emprego ou trabalho;

IV – Recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial, quando possível, a pessoa portadora de deficiência;

V – Deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta lei;

VI – Recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta lei, quando requisitados pelo Ministério Público.

3.3 DIFICULDADES PARA EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR

Até o atual momento, foram colocadas em pauta discussões e diversas ideias referentes a inclusão educacional por parte de documentos e referenciais curriculares que apontam a necessidade de atender os alunos portadores de necessidades especiais. Mas ainda é necessário levantar questionamentos de que existem muitas barreiras e a principal que pode ser apontada é a atitudinal no qual é característico da nossa sociedade que segundo Pires (2006), a mesma sociedade que propaga a igualdade de valores de seres humanos, assim como o reconhecimento e respeito as diferenças, pratica a desigualdade amplamente.

Além disso, conforma Silva (2010) é necessário mencionar algumas barreiras:

-Prédios escolares pouco ou nada adaptados, como, por exemplo, prédios sem rampa, ou com rampas inacessível sem barra de apoio, banheiro não adaptado e sem portas alargadas para permitir a passagem das cadeiras de rodas, extintores localizados muito baixos de modo que o aluno com deficiência visual possa esbarrar;

Adaptação de mobiliário insuficiente na escola; falta de mesas e cadeiras adaptadas de acordo com as especificidades dos alunos, por exemplo; sala de aula lotada.

A escassez de material didático tais como; livros em Braille, livros falados, softwares educativos específicos e equipamentos específicos (computador com sintetizador de voz, dispositivos para acesso ao computador lupa para computadores e teclados em Braille.

Falta de profissionais especializado na rede de ensino, já que a inclusão escolar necessita a contratação destes, tais como intérprete de libras, professor especializado em educação especial, psicólogo, entre outros.

Plaisance (2004) coloca também como barreiras, a posição de muitos indivíduos como; dirigentes escolares, professores e pais de alunos sem deficiência e a comunidade onde a escola se localiza, pois ainda nos dias atuais acreditam que a presença dos alunos com deficiência pode atrapalhar o

ritmo da sala, e a ausência do mesmo fara o ritmo de aprendizagem melhorar assim não prejudicando o rendimento escolar de todos os alunos. O autor deixa claro que as práticas para afastar e excluir indivíduos deficientes ou considerado não normais pelo padrão da sociedade tem como base o medo que as pessoas têm do diferente.

Deve-se tomar cuidado com o moralismo abstrato que segundo o autor, se trata da forma de como a inclusão é visualizada, como um apelo sentimental, como uma missão a ser cumprida pelos professores que possuem amor ao próximo e alguma vocação especial que possibilita ao mesmo acolher esses aprendentes especiais. Esse moralismo abstrato pode ser muito perigoso, já que o simples acolhimento daqueles alunos portadores de deficiência não garante que a inclusão seja efetivada e principalmente que estes alunos consigam obter sucesso acadêmico.

Diante disso, fica claro que a inclusão escolar precisa ser debatida em termos de como garantir que os aprendente com especificidade tenham acesso e a permanência às salas comuns da escola regular e possam usufruir de um ensino de qualidade, ou seja, que seja feito o possível para que as necessidades desses alunos sejam supridas.

Então para que tudo isso ocorra, sabe-se que é necessário ir muito além do simples discurso de “escola para todos”. Há deficiência no quantitativo de profissionais especializados, então faz necessário a contratação destes, pois assim, os docentes poderão responder da melhor forma a diversidade em sala de aula, possibilitando que os alunos com necessidades educacionais especiais possam efetivamente participar das atividades acadêmicas e possam alcançar progressos.

4 METODOLOGIA

Para concretizar este estudo, que tem como objetivo analisar as experiências e ações dos professores de ciências sobre a inclusão educacional, na perspectiva da inclusão do estudante com deficiência na escola regular, para qual realizará um estudo de natureza qualitativa vivenciada através de um estudo de campo, por meio da pesquisa-ação.

A presente pesquisa visa a análise perceptivas relacionadas a experiências dos professores sobre medidas inclusivas trabalhadas em sala de aula no conteúdo de ciências, levando em consideração a sua formação acadêmica. No qual foi realizada uma entrevista para que o professor entrevistado relate sua vivência na área da educação inclusiva.

Foi definido e analisado sistematicamente, os principais procedimentos metodológicos para a realização dessa proposta de pesquisa-ação:

- Foram elaboradas perguntas que auxiliaram na entrevista e nortearam o relato das experiências do professor de ciências, sobre como é trabalhar o conteúdo de uma forma que todos os alunos absorvam
- Em segunda mão a entrevista, teve a finalidade de saber como foi a formação dos professores e se tiveram alguma disciplina de educação inclusiva como obrigatória durante a sua graduação.

4.1 ELABORAÇÃO DE UMA ENTREVISTA

Foi elaborada uma entrevista contendo perguntas sobre as experiências do docente na educação inclusiva, métodos que utiliza e dificuldades que encontra frente a educação inclusiva. (Apêndice I)

4.2 PÚBLICO

A entrevista foi direcionada à professores graduados em Ciências Biológicas atuando em sua área em uma escola pública na cidade de Passira. E abrangeu apenas um professor (a) de ciências que atua em todos os anos do ensino fundamental II, que de acordo com a grade, são do 6º ao 9º ano. Mas o mínimo de alcance, estatisticamente, não requer um número elevado de

respostas, visto que se trata de uma pesquisa qualitativa e considera percepções.

4.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Após a realização da entrevista, foi feita a transcrição desta e foi feita uma análise das respostas obtidas através das perguntas e relatos das experiências.

Concluído o tempo limite de coleta de dados estabelecido no cronograma abaixo, as respostas foram recolhidas e em seguida, inicio-se a análise das informações obtidas a partir da entrevista realizada com a professora de ciências.

As perguntas elaboradas para entrevista foram organizadas em sequências e fundamentadas com caráter qualitativo, no qual possibilitou desta forma uma avaliação mais apurada das percepções do professor (a).

5 RESULTADOS E DISCUSÕES

Você trabalha com alunos deficientes? Como é essa experiência?

Sim, tenho dois alunos, assim, na verdade eu acho que é uma coisa muito complicada porque a gente não tem uma formação para isso, não temos nenhum preparo para trabalhar com os alunos deficientes, falo na questão de preparação de atividades específicas para eles. Tem a auxiliar pedagógica acompanhando, mas, ela apenas acompanha ali, naquele momento, só para estar acompanhando mesmo. É algo muito complicado a situação, antes as salas eram separadas, mas agora está tudo junto, na mesma sala. O ideal seria ter um período de aula junto com todo mundo, e no outro período uma sala só para eles. Porque querem fazer a inclusão, mas não de fato uma inclusão, é de uma forma que eu não concordo. Porque a atual situação da inclusão é jogar o menino na sala de aula regular e pronto. As escolas não têm estrutura para isso, nem os alunos, nem mesmo os professores têm preparação para trabalhar com esses alunos. Busco fazer uma atividade, trago as vezes umas atividades diferenciadas para eles, mas, o problema é a demanda que temos e tempo faltante para poder dedicar uma atenção exclusiva para esses alunos. É praticamente impossível, pois não consigo dar atenção necessária aos demais, quanto mais a eles que requerem uma atenção maior.

Ensinar os alunos com necessidades especiais a argumentarem, é uma tarefa árdua e difícil, requer do professor muita habilidade. Para que este objetivo seja alcançado é necessário que o professor, por meio de pequenas questões, leve os alunos a: ponderar sobre o poder explicativo de cada afirmação, reconhecer afirmações contraditórias, identificar evidências e integrar diferentes afirmações mediante a ponderação de tais evidências.

Para que este processo aconteça, os aprendente necessitam de oportunidade para expor suas ideias na sala de aula, e para isso o professor deve proporcionar para o aluno um ambiente encorajador, de tal forma que os educandos obtenham segurança e desta forma se envolva com as práticas científicas. É na entre a interação de educador e educando que os alunos tomam consciência de suas próprias ideias e têm também oportunidade de ensaiar o uso de uma linguagem adequada ao tratamento científico da natureza (CARVALHO, 2007).

Como professora quais são as principais dificuldades que você aponta como barreiras para trabalhar a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular?

A principal dificuldade é em não saber trazer algo específico que possa ajudar a melhorar o nível de aprendizagem deles, não sabemos disso, infelizmente. A não ser que busquemos, mas a demanda já é tão grande e têm os outros alunos, já gera uma situação desconfortável. Outra dificuldade é o comportamento de um dos alunos que tenho é algo dificultoso por não saber como conseguir contornar isso. O aluno A mexe com todos, logo eles querem revidar e sabem que não pode, daí gera uma situação desconfortável, por ele ter esses atos e não conseguir ficar quieto, pra mim essas são as maiores dificuldades.

Há mais de uma década, foi promulgada pelo Ministério da Educação a portaria 1.793/94 (Brasil, 1994) que alertava quanto à necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais, indicando a inclusão da disciplina Aspectos éticos-políticos-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas. (RETONDO; SILVA, 2008, p. 27)

Observa-se que a principal dificuldade da professora em trabalhar o conteúdo de ciências com os alunos, é a questão de utilização de recursos e de como ela deve trabalhar os assuntos com os aprendente, já que durante sua formação profissional a mesma não teve nenhum suporte para está área de atuação.

Durante a graduação você teve alguma disciplina específica ou alguma eletiva que auxiliasse e ajudasse a trabalhar com alunos deficientes?

A questão buscou diagnosticar se a professora durante a sua formação inicial teve alguma disciplina que a desse um suporte para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais.

Não tive nenhuma cadeira obrigatória que me desse esse suporte e não sei se tinha alguma eletiva na época, mas creio que não. Agora possa ser que tenha por que está um assunto bem debatido. O conhecimento que eu tenho em relação a educação inclusiva e porque eu estudei depois para concurso. Daí procurei saber sobre as legislações, como deve ser, mas na graduação não tive nada que me desse esse suporte. Não tive nenhum evento, minicurso, disciplina, oficina. Não sei se eu não busquei saber se tinha alguma eletiva, algum curso ou minicurso. Durante meu mestrado também não tive nada que me desse um amparo a lidar com alunos portadores de necessidades especiais.

Observa-se que o despreparo da Professora em lidar com educandos especiais. Os cursos de formação precisam trabalhar na formação desses sujeitos para atuarem de forma crítica na sociedade. E assim, o possibilite usar

recursos que venham a atender as reais necessidades dos alunos com necessidades especiais.

A formação de professores, para atender a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, constitui-se como um dos assuntos mais urgentes e que fomenta inquietações entre os profissionais de Educação. Discutir sobre a formação de professores para atuar nesse paradigma educacional, que busca proporcionar qualidade educativa e equiparação de oportunidades, não é uma das tarefas mais fáceis, pois envolve questionamentos, dúvidas e reflexões que estão além dos indicativos de como a formação dos professores deva ocorrer. (RETONDO e BUENO, 2008, p.28)

Em algum momento durante a sua vida profissional você se questionou sobre a capacidade do aluno com deficiência em aprender?

Esta questão buscou-se diagnosticar se ela confiava no potencial de aprendizagem das pessoas portadoras de necessidades especiais, em relação ao conteúdo de ciências.

Sim, porque assim, na verdade a gente nem tem um suporte ou orientação sobre os alunos com especificidade. Quando eu cheguei na escola eles disseram da seguinte forma: "têm esses alunos na tua sala com deficiência, e essa menina aqui acompanha eles" pronto. Eu não tinha conhecimento algum sobre as deficiências, qual a capacidade que eles tinham, qual seu comportamento já que eu não os conhecia até onde eu poderia ir com eles. Deixaram mais comigo, de buscar saber e entender suas deficiências, suas capacidades. Por exemplo dos dois o aluno B ainda ouve, entende um pouco mais que o aluno A, pois eu falo e o aluno B gesticula, me responde. Já o aluno A olha meio distante e de uma forma esquisita, meio com medo pois ele não tem proximidade, ele não entra na sala de aula sem a auxiliar pedagógica. Ele só entra com ela, mas isso é porque ele não quer, uma vez a auxiliar não pode ir e ele se recusou a entrar na sala, daí acaba dificultando. Pois temos que ter cuidado com ele, ou seja, ele precisa de uma atenção maior, ter um certo cuidado. E como a sala é lotada de alunos é perigoso você tirar a atenção dele e se descuidar. Vale salientar que que todas as atividades que é passada, a auxiliar faz com ele.

Segundo Silva (2010), em Janeiro de 2001 o Plano Nacional de Educação foi aprovado pelo Congresso Nacional (através da Lei nº 10.172/2001) e determinou que, dentro de até dez anos, os governos federais, estaduais e municipais devem desenvolver planos para cumprir determinados objetivos relacionados com a área de educação, incluindo a educação especial. Logo quanto a formação de professores haverá necessidade de:

Desenvolver programas de qualificação profissional;

Incluir nos currículos de formação de professores conteúdos e disciplinas que visem a capacitação para atender os alunos com necessidades educacionais especiais.

Você se sente preparada para trabalhar os conteúdos de ciências, se deparando com os diversos tipos de deficiência dos alunos inseridos na sala de aula regular? Relate um pouco.

Esta questão buscou-se diagnosticar se ela se sentia segura, preparada em lidar com o trabalho para ensinar ciências as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Não. A formação que eu tenho não é suficiente para atender as necessidades deles. Falta um direcionamento da secretária de educação ou até mesmo eu procurar uma formação específica. Me preparar melhor. Mas com a demanda fica um pouco difícil.

Silva (2010), traz em seu trabalho a questão das frequentes reclamações dos professores sobre a falta de conhecimento específico para trabalhar. Além disso, o conhecimento prévio das necessidades especiais, é de suma importância para facilitar o processo ensino-aprendizagem, pois o professor terá informações relevantes que o norteiem seu planejamento e a elaboração de sua metodologia e assim, possibilitar o desenvolvimento das potencialidades dos alunos, como preconiza a LDB.

Quais métodos você utiliza para trabalhar o conteúdo com os alunos?

Esta pergunta buscou-se identificar quais recursos metodológicos ela utilizava para trabalhar os conteúdos de ciências programado com os alunos portadoras de necessidades especiais.

Eu utilizo imagens, por que eles não conseguem compreender o conteúdo através de textos, só textos não vai adiantar, então trago logo figuras, inclusive quando fui trabalhar sistema solar, trouxe imagens representando o sistema solar, pra que assim eles conseguissem entender de uma forma mais simples.

Diante do relato foi possível perceber que a professora mesmo sem uma formação profissional adequada para lidar com esses alunos, buscou formas não tradicionais de se trabalhar o conteúdo de ciências, inovando nos métodos e dando um suporte mínimo aos educandos.

Em relação as barreiras que você se depara para trabalhar a inclusão, quais são as mais dificultosas?

Esta pergunta buscou-se detectar quais ou qual barreira dificulta o trabalho inclusivo na sala de aula regular.

Com toda certeza as atitudinais, a estrutural impede um pouco em relação ao espaço físico, locomoção, área de lazer, materiais etc. Eu acho que quase nenhuma escola está preparada para receber esses alunos com deficiência, porque elas tem que ter uma estrutura adequada que comporte o aluno de uma forma confortável e acessível e na realidade, não é isso que encontramos, os alunos são apenas jogados e forçados a se adequar a escola, fazendo apenas a inserção e não de fato a inclusão desses alunos.

Segundo Rocha (1985), no plano intelectual, isso pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimento de estranheza, medo, hostilidade etc. ou seja, o professor acaba proporcionando uma exclusão mesmo que de forma imperceptível, pelo fato de não saber como lidar com o ‘anormal’ tendo uma visão do aluno como um ser incapaz.

Como professora de ciências e com sua experiência, quais mudanças nos métodos de ensino, você propõe para que a inclusão destes alunos seja de fato efetivada?

A última questão teve o intuito de levantar questões sobre os métodos utilizados e quais reformas era necessário nestes métodos de ensino para que os alunos vinhessem a ter um ensino de qualidade.

Eu acho que deveria ter uma capacitação com os professores do ensino regular, uma formação específica para trabalhar com esses alunos, que não seria tão difícil de lidar. Isso seria possível se a secretaria de educação disponibilizasse uma pessoa capacitada que estivesse com a gente dando suporte nos mostrando o que poderia ser feito e de que forma. Eu concordo que os alunos devem estar em sala de aula, mas os professores têm que estar preparados para lidar com essa realidade. E que os alunos fiquem em outro horário na escola na sala de multirrecursos para desenvolvimento das atividades que proporcione um melhor desenvolvimento cognitivo.

A professora destaca a necessidade de se dar prioridade a formação continuada dos professores de todas as áreas pela secretaria de educação do município, tendo em vistas que para uma inclusão real, faz-se necessário que se tenha profissionais qualificados trabalhando no âmbito educacional, proporcionando aos aprendente todo suporte para uma para o desenvolvimento cognitivo.

6 CONCLUSÃO

Diante do estudo realizado, pode-se levantar as considerações de que;

A partir da análise do relato de experiência da professora, foi possível diagnosticar que ela não se sente preparada para trabalhar com alunos que possuam deficiência e não sabe muito sobre o papel que a inclusão tem no desenvolvimento cognitivo e social destes estudantes. Foi perceptível em sua fala que a sua formação não contemplou nenhum tratamento acerca da educação inclusiva, para que a mesma tivesse um preparo e um reconhecimento prévio de como trabalhar a inclusão na sala de aula regular de maneira eficiente.

O curso de Licenciatura em ciências biológicas, ainda não se atentou para à necessidade de complementar em sua matriz curricular de formação de docentes e disciplinas que venham a ajudar e interajam com portadores de necessidades especiais.

Foi perceptível que a professora de Ciências que não conseguisse desenvolver as atividades na sua área, voltadas a este público com necessidades especiais, relata que sente dificuldade de trabalhar a inclusão durante sua prática profissional, pois não foi formada com essa lógica. E para isto, torna-se necessário a busca por informações adicionais que a permita a prática da docência de forma inclusiva.

Ao buscar se qualificar em cursos de curta e longa duração de aperfeiçoamento, palestras, minicursos, especializações, mestrados, e outras formas de contemplar sua formação., ou seja, uma formação continuada. Já que muitos cursos de graduação, ainda não contemplam a formação de profissionais hábeis a lidar com essa temática.

Assim, com a ideia da capacitação o professor consegue atender melhor às necessidades deste público, e assim romper com obstáculos que impedem a efetiva inclusão, valorizando e acreditando no potencial e na capacidade dos educandos. Buscando sempre identificar as dificuldades dos aprendente e encontrar formas de adequar sua metodologia as necessidades deles, inovando sempre em suas estratégias didáticas para melhor atendê-los. Já que

muitas instituições não contemplam a formação de profissionais hábeis a lidar com a temática da inclusão, durante o curso de graduação.

Salienta-se que, para uma efetiva inclusão dos alunos na escola regular, é necessário a reestruturação destas para atender as demandas que venham a surgir ao trabalhar tal temática, além de viabilizar o trabalho dos professores de maneira inclusiva e combata barreiras de segregação dos estudantes com necessidades especiais. Também, é urgente a necessidade de os cursos de graduação oferecerem disciplinas que subsidiem a formação do profissional para que este chegue ao ambiente de trabalho com uma carga de conhecimento que facilite o exercício da inclusão.

Diante do exposto, é fundamental que a secretaria de educação do município ofereça cursos que capacitem os professores para este campo de atuação. E possam, com um conhecimento teórico sobre o assunto, aprimorar sua docência e romper com barreiras que excluem e a inclusão destes estudantes com necessidades especiais seja efetiva e haja a equidade da garantia do seu direito a educação.

É importante falar que esta linha de pesquisa pode estimular o desenvolvimento de outras pesquisas semelhantes, (Deficiência/inclusão). aumentando o acervo, promovendo a inclusão, onde quem ganha com isso somos todos nós.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F. Educação Inclusiva: transformação social ou retórica? In: OMOTE, S. (Org.). **Inclusão: intenção e realidade**. Marília: Fundepe, 2004.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002

BETTI, Mauro; ZULIANI, Luiz Roberto. Educação física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2009.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2006, 119p.

BRASIL. LEI n.10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC, 1998.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . Brasília: MEC, 1996.

_____. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC; SEESP, 2001.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares**. Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998.62 p.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 65 p.

BÉNARD DA COSTA, A. M. Projecto “Escolas Inclusivas”. **Inovação**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 57-85, 1998.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.

CARVALHO, Rosita Edler. Correntes teóricas e sua influência no processo educacional. In: CARVALHO, R. E **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 19-32

CARVALHO, A. M. P. Enseñar física y fomentar una enculturación científica. **Alambique**, Barcelona, 51, p. 66-75, 2007.

CIDADE, Ruth Eugênia; FREITAS, Patrícia Silvestre. Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. **Revista Integração**, São Paulo, v. 14, p. 27-30, 2002.

DIEHL, R. M. **Jogando com as diferenças**: jogos para crianças e jovens com deficiência. São Paulo: Phorte, 2006.

MONTE, Francisca RF; SIQUEIRA, Ivana; MIRANDA, José Rafael. **Direito à educação–necessidades educacionais especiais**: subsídios para atuação do ministério público brasileiro. Brasília: MEC/Seesp, 2001.

DOTA, Fernanda Piovesan; ALVES, Denise Maria. Educação especial no Brasil: uma análise histórica. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, Garça, v. 5, n. 8, 2007.

FERRARI, M., Émile Durkheim, o criador da sociologia da educação. *In*: NOVA Escola. [S. L.]: [S. N.], 01 out. 2008. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/456/criador-sociologia-educacao>. Acesso em: 20 jun. 2019.

FERRARI, M., Paulo Freire, o mentor da Educação para a consciência. *In*: NOVA Escola. [S. L.]: [S. N.], 01 out. 2008. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/460/mentor-educacao-consciencia>. Acesso em: 20 jun. 2019

FREITAS, L. P. T. *et al.* Barreiras arquitetônicas: as limitações do direito de ir e vir dos alunos com deficiência física da Escola Agrotécnica Federal de Iguatu/Campus I. *In*: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE ENORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 3., 2008, Fortaleza-CE. **Anais** [...]Fortaleza: CEFETCE, 2008. Disponível em: <http://www.intv.cefetce.br/connepi/viewpaper.php?id=1607>. Acesso em: 07 Jun. 2019.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. **Revista de Educação**, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 5-20, 2008.

LOPES, M. Educação inclusiva é educação para todos: Para acolher a diversidade e as múltiplas formas de aprender, a escola deve assegurar a participação e ao mesmo tempo compreender cada um. *In*: POVIR: inovações em educação. São Paulo: [s. n], 05 dez. 2016. Disponível em: <http://porvir.org/educacao-inclusiva-e-educacao-para-todos/>. Acesso em: 18 Jun.2019.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo Perspec.** São Paulo, v. 14, n. 2, p. 51-56, June 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MANZINI, E.J. (Org.). **Inclusão e acessibilidade**. Marília, SP: ABPEE, 2006.

----- In: MANZINI, E.J. (Org).
Educação Especial: temas atuais. Marília: Ed. Da Unesp, 2000, p.1-9.

MAZZARINO, Jane Márcia; FALKENBACH, Atos Prinz; RISSI, Simone.
Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na
educação física. **Revista Brasileira de ciências do esporte**, Porto Alegre, v.
33, n. 1, 2011.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. Inclusão escolar: em busca de
fundamentos na prática social. In: **Ensaio pedagógicos: construindo escolas
inclusivas.** Brasília: MEC, 2005. P. 21-36.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.
Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, set-dez. 2006.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 15 jun. 2019.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; LEITE, Lucia Pereira. Construção de
um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. **Ensaio:
Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p.
511-524, Dec. 2007 .

OLIVEIRA, Cleiton de. Educação e federalismo no Brasil: combater as
desigualdades, garantir a diversidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15,
n. 45, p. 586-588, Dec. 2010.

PLAISANCE, Eric. **Sobre a inclusão: do moralismo abstrato à ética real.**
São Paulo: Cenp, 2004.

RETONDO, C.G; SILVA, G.M. Resignificando a Formação de Professores de
Química para a Educação Especial e Inclusiva: Uma História de Parcerias.
Química Nova na Escola, São Paulo, n. 30, Nov. 2008

RIBEIRO, Solange Lucas. Acessibilidade para a inclusão na escola: princípios
e práticas. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.44, p. 79-98, 2011.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo.** 2. ed. São Paulo:
Brasiliense, 1985. 95 p.

SALEND, S.J. **Creating inclusive classrooms: effective and reflective
practices.**6.ed..New Jersey: Prentice Hall, 2008.

SASSAKI, ROMEU KAZUMI. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.**
Rio de Janeiro: WVA, v. 10, 1997.

SILVA, Aline Maira da. **Educação Especial e inclusão escolar: história e
fundamentos.** Curitiba: Ibpex, 2010.

Silva, k. C. B. da. Educação inclusiva: para todos ou para cada um? Alguns
paradoxos (in)convenientes. **Pro-Posições**, Campinas, v. 21, n. 1 p. 163-178,

jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n1/v21n1a11.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

TANAKA, E. D. O. Acessibilidade: um dos caminhos para auxiliar na inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, jan./abr. 2006, v. 12, n.1, p. 139-142.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Genebra: ONU, 1994.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência- Corde. 1994.

VITALIANO, Celia Regina; DALL'ACQUA, Maria Júlia Canazza. Análise das diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura em relação à formação de professores para inclusão de alunos com necessidades especiais. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 27, p. 103-121, 2012.

APÊNDICE A - ENTREVISTA

ENTREVISTA

1. Você trabalha com alunos deficientes? Como é essa experiência?
2. Como professora quais são as principais dificuldades que você aponta como barreiras para trabalhar a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular?
3. Durante a graduação você teve alguma disciplina específica ou alguma eletiva que auxiliasse e ajudasse a trabalhar com alunos deficientes?
4. Em algum momento durante a sua vida profissional você se questionou sobre a capacidade do aluno com deficiência em aprender?
5. Você se sente preparada para trabalhar os conteúdos de ciências, se deparando com os diversos tipos de deficiência dos alunos inseridos na sala de aula regular? Relate um pouco.
6. Quais métodos você utiliza para trabalhar o conteúdo com os alunos?
7. Em relação as barreiras que você se depara para trabalhar a inclusão, quais são as mais dificultosas?
8. Como professora de ciências e com sua experiência, quais mudanças nos métodos de ensino, você propõe para que a inclusão destes alunos seja de fato efetivada?